

## **ABORDAGEM DO PERSONALISMO JURÍDICO À LUZ DA TEORIA PERSONALISTA DE EMMANUEL MOUNIER**

ANA LARISSA DA SILVA BRASIL

Curso de Direito, Dep. de Direito/URCA. ([larissa.bras@hotmail.com](mailto:larissa.bras@hotmail.com))

LARISSA RIBEIRO SOUSA

Curso de Direito, Dep. de Direito/URCA. ([larissars\\_direito@hotmail.com](mailto:larissars_direito@hotmail.com))

**ODERLÂNIA TORQUATO LEITE (ORIENTADORA)**

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA. ([oderlania@yahoo.com.br](mailto:oderlania@yahoo.com.br))

O Programa de Assessoria Jurídica Estudantil – P@Je –, da Universidade Regional do Cariri – URCA, desenvolve um trabalho de extensão em Direitos Humanos, com base no método freireano da educação popular, e, para tanto, desenvolve pesquisas nessa área. Esta pesquisa trata-se de um recorte específico do nosso trabalho, que aborda o **personalismo jurídico** a partir da *teoria personalista* de Emmanuel Mounier, filósofo francês da primeira metade do século XX, influenciado pelo pensamento filosófico a que se chama de *modernidade*. Assim, estudamos a influência da filosofia personalista no conceito jurídico tradicional de pessoa e, conseqüentemente, no desenvolvimento teórico dos Direitos da Personalidade. **Personalismo jurídico**, então, buscaria a necessidade de se empregar uma visão personalista do ordenamento jurídico, ou seja, a noção de pessoa humana deveria ser reconhecida pela ordem jurídica em toda sua plenitude axiológica, com os princípios voltados para a *dignidade humana, o bem comum, a justiça, o respeito, a solidariedade, a coletividade e a liberdade*. O objeto fundamental do nosso trabalho, dessa maneira, é avaliar criticamente em que medida essa teoria do **personalismo jurídico** é apta a efetivar os Direitos Humanos em face do modelo capitalista de estratificação da sociedade.

## DIREITO E LITERATURA: UMA POSSIBILIDADE DE ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO PROCESSO SOCIAL

DANILO FERREIRA RIBEIRO

Curso de Direito, Dep. de Direito/URCA ([daniloferreibeiro@yahoo.com.br](mailto:daniloferreibeiro@yahoo.com.br));

**EDSON SOARES MARTINS** (ORIENTADOR)

Curso de Letras, Dep. de Línguas e Literatura/URCA ([edson@urca.br](mailto:edson@urca.br))

O Núcleo de Estudos de Teoria Literária na Modernidade – NETLI – desenvolve uma pesquisa que articula distintas ciências humanas e sociais, como sociologia, literatura, e direito. Também o Programa de Assessoria Jurídica Estudantil – P@Je – (programa de extensão) tem influenciado nesta pesquisa, no que tange a uma teoria jurídica crítica. Busca-se atingir um nível de interação entre estas disciplinas apto a alcançar o que Japiassú nomina de *axiomática comum* de disciplinas conexas. A *axiomática comum*, no nosso caso, define-se em um eixo integrador que une o direito e a literatura, **o processo social**, que é apreendido como a *totalidade* dos fenômenos que fundam e refundam a cultura brasileira. A interdisciplinaridade proposta entre o direito e a literatura, para estudar o fenômeno social, dá-se na imbrincação da teoria da *redução estrutural* (Antonio Candido), segunda a qual na literatura há formalização estética do fenômeno social, com o *direito achado na rua*, de Lyra Filho, Sousa Jr. e outros, que propõe o entendimento do direito como processo histórico de construção de direitos das classes espoliadas para além dos textos legais do estado burguês. Essa aproximação teórica se une ao ponto central das pesquisas do NETLI: a **teoria da subalternidade**. Os estudos mais conhecidos sobre subalternidade figuram em dois núcleos principais: o das culturas subalternas, de viés marxista-gramscianos; e os estudos de base pós-moderna (*postcolonialism, cultural studies, etc.*). Nossa perspectiva teórica está em elaborar uma análise do mecanismo de subalternização do sujeito, que refute *os problemas do pós-modernismo* (Cf. Eagleton), e amplie a abordagem marxista-gramsciana. Assim, **o texto literário, estetizado na mediação do processo social, tornado redução estrutural da cultura, amplia-se para a abordagem do processo de subalternização e para a averiguação do lugar do direito no próprio processo e nos mecanismos de subalternização, na busca de construir um caminho para o socialismo.**

## O DIREITO VIGENTE E AS INJUSTIÇAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA

JOÃO ADOLFO RIBEIRO BANDEIRA

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA([joaoadolfo@ig.com.br](mailto:joaoadolfo@ig.com.br));

KELINE CAJUEIRO CAMPOS BARRETO

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA ([kelinecajueiro@ig.com.br](mailto:kelinecajueiro@ig.com.br));

**ODERLÂNIA TORQUATO LEITE (ORIENTADORA)**

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA. ([oderlania@yahoo.com.br](mailto:oderlania@yahoo.com.br))

Este trabalho é oriundo das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil – P@JE –, programa que articula pesquisa e extensão, voltadas para as teorias da educação popular, de Paulo Freire, e para reivindicação de Direitos Humanos historicamente negados às camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira. O Direito, na acepção positivista, constitui a ciência que propicia os mecanismos de controle social de maneira sistêmica, organizada, dotada de coercibilidade e legitimidade pelo poder estatal. Discorrer sobre tal assunto, na realidade brasileira, torna-se uma árdua tarefa de solucionar conflitos e injustiças diante das abstrações recorrentes da linha *jus filosófica* hegemônica no pensamento da ciência jurídica nacional: *o positivismo jurídico*. Sob uma rápida análise da conjuntura política do Brasil, percebem-se as particularidades que existem, desde o processo legislativo até aplicabilidade das leis dele oriundas na esfera da dinâmica social. Diante deste cenário é que se insere a motivação e o objeto de estudo a ser trabalhado: o modelo jurídico romano-germânico, adotado neste país, e a *inflação normativa* que tanto causa insegurança jurídica, como não se demonstra um meio eficiente para atender as necessidades sociais. Os fatores, que contribuem para a ocorrência de tais fatos, surgem da ausência de unidade paradigma-epistemológica capaz de se contrapor à austeridade lógico-positivista, como também da incipiência de um aporte metodológico apto a quebrar o paradigma jurídico dominante na academia, sustentado pelo semiotismo ideológico. **Logo, o objetivo principal de nossa pesquisa é a construção deste paradigma epistemológico contra-hegemônico, questionador das teorias conservadoras existentes e fomentador de uma *práxis* emancipadora, bem como a aprimoração de um aporte metodológico para a aplicação do mesmo.**

## PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS CREDIARISTAS (VENDEDORES AUTÔNOMOS) DE MISSÃO-VELHA/CE: ESTUDO DE CASO

Geovânia Barros de Figueiredo<sup>1</sup>; <sup>2</sup>Silvana Queiroz; <sup>1</sup>Graduada em Economia pela URCA e;  
<sup>2</sup>Orientadora, Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia / URCA, CE, Brasil.

O objetivo do presente trabalho é diagnosticar o perfil sócio-econômico dos crediaristas do município de Missão Velha–CE, a partir das alterações na dinâmica da economia brasileira e cearense na década de 1990. Para tanto, descreve-se o desempenho da economia brasileira nos anos 1990, enfocando os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, com a implantação do Plano Real, reestruturação produtiva, liberalização comercial e privatizações das estatais, alcançando a estabilidade macroeconômica de um lado, e de outro, aprofunda a deterioração das condições e relações de trabalho com o aumento do desemprego e da informalidade. Em seguida relata-se as transformações na economia cearense que nos anos 1990 estava voltada a promover o desenvolvimento econômico do Estado através de um projeto modernizante que visava atrair investimentos industriais. A seguir, identifica-se o perfil sócio-econômico dos crediaristas (grau de instrução, rendimento, idade, gênero, procedência, estado civil, etc). A principal fonte de dados foi a aplicação de questionários aos trabalhadores informais (crediaristas) de Missão Velha entre novembro e dezembro de 2006, complementados com dados secundários. Os principais resultados apontam que os crediaristas em sua maioria são homens e chefes de família em idade ativa e com baixo nível de instrução que vendem mercadorias, principalmente utilidades domésticas em domicílios, vendas estas efetivadas em outros Estados (PE, PB, BA, AL, MA), estendidas por um período compreendido entre 7 a 20 dias trabalho/mês. Os vendedores encontraram no ramo certa estabilidade, uma vez que em sua maioria (93,18%), estão nessa profissão entre 2 a 20 anos ganhando em torno de 3 a 4 salários mínimos, contribuindo com o aquecimento da economia local, uma vez que a aquisição dos produtos de venda é efetuada na cidade de Missão Velha.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

APRESENTAÇÃO: painel

## **“SEGREGAÇÃO POR GÊNERO” NA INDÚSTRIA CEARENSE**

Isabela da Silva Valois<sup>1</sup>; Christiane Luci Bezerra Alves<sup>2</sup>; Silvana Nunes de Queiroz<sup>3</sup> – <sup>1</sup> Graduada em Ciências Econômicas/URCA; <sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Econômicas/URCA; <sup>3</sup> Professora do Departamento de Ciências Econômicas/URCA, CE, Brasil (isabelavalois@ig.com.br)

A partir da década de 1970, quando a economia brasileira apresentava acelerado processo de industrialização e urbanização, a participação da mulher nas atividades remuneradas do mercado de trabalho, se intensificou. Nos anos 1990, quando a abertura comercial expôs a indústria nacional à forte concorrência internacional, obrigando-a a implementar novas técnicas de gerenciamento da produção e da força de trabalho, o emprego industrial feminino sofre um rebatimento negativo. No mesmo período, o Ceará se destacou positivamente no cenário de estagnação nacional, devido a mudanças significativas no modo de regulação, apresentando considerável crescimento do emprego industrial formal, contrariando a tendência verificada no Nordeste e Brasil. Numa análise por gênero, verifica-se a criação de 22.401 novos postos de trabalho na indústria cearense, performance que não é repetida pela indústria brasileira. Desta forma, dada a maneira ágil como o Ceará reagiu ao cenário de crise e a tendência diferenciada apresentada pelo seu mercado de trabalho é que se evidencia a relevância para uma análise das relações de gênero na indústria, tentando identificar os caminhos do emprego feminino no cenário de transformações da economia brasileira e cearense. O mercado de trabalho é considerado aqui a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Os resultados apontam para forte precarização nas relações de trabalho na indústria do Ceará, que se intensificam quando se leva em consideração a mão-de-obra feminina. Os índices de rotatividade revelam-se superiores aos masculinos e aos verificados em nível nacional. Apesar do crescimento da escolaridade desse segmento, onde as mulheres apresentam mais anos de estudo do que os homens, observa-se que a significativa incorporação da mulher no mercado de trabalho cearense não é acompanhada da diminuição das desigualdades salariais entre os gêneros.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

## **A RELAÇÃO CLIENTE-BANCO: RELAÇÃO DE CONSUMO OU MERAMENTE CIVIL?**

Josué Pinto de Mesquita Júnior<sup>1</sup>; Christopher Antunis Pinto de Mesquita<sup>2</sup>; **José Patrício Pereira Melo**<sup>3</sup>; <sup>1</sup>Discente do Curso de Direito; <sup>2</sup>Bacharel em Direito; <sup>3</sup>Orientador. Centro de Estudos Sociais Aplicados; Curso de Direito / URCA,CE, Brasil. ([joshuamesquita@gmail.com](mailto:joshuamesquita@gmail.com))

Com o advento do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990, uma discussão veio à tona, acerca da relação cliente-banco, se esta estaria ou não enquadrada como relação consumerista nos termos daquela legislação, baseada no princípio da vulnerabilidade (hipossuficiência) do consumidor, posto a alegação de que o encaixe desta como de consumo, seria uma afronta ao art. 192 da CF/88, o qual determina que o Sistema Financeiro Nacional será regulado por Lei Complementar, o que ensejou ação direta de inconstitucionalidade do art. 3º, §2º, CDC (ADIM nº 2.591) perante o Supremo Tribunal Federal. Objetiva-se com este estudo verificar na doutrina e na interpretação dos tribunais, a natureza jurídica da relação dos bancos com os seus clientes. Foi efetuada uma revisão de literatura através de levantamento bibliográfico, utilizando-se de artigos eletrônicos, revistas científicas e publicações avulsas. Ficou constatado com a presente que a relação ora apresentada é eminentemente de consumo, tutelada pela legislação consumerista de forma ampla, tendo em vista o enquadramento do cliente bancário como consumidor e do banco como prestador de serviços e produtos, sendo aquele, vulnerável frente às instituições bancárias, posicionamento este majoritário perante o STF, tendo este, julgado improcedente a argüição de inconstitucionalidade, declarando aquilo que já estava na letra da lei. Este entendimento já era aceito pelos doutrinadores e em decisões dos magistrados, sendo ratificado pelo Egrégio Tribunal. Sobre o ponto de vista técnico-jurídico, conclui-se como de consumo, a relação dos bancos com os seus clientes.

## MERCADO DE TRABALHO FORMAL CEARENSE NOS ANOS DE 1996 E 2002: ANÁLISE SEGUNDO GÊNERO

Márcia Maria Fernandes<sup>2</sup>; <sup>2</sup>Silvana Queiroz; <sup>1</sup>Graduada em Economia pela URCA e;  
<sup>2</sup>Orientadora, Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia / URCA, CE, Brasil.

No Brasil, o número de mulheres ocupadas no mercado de trabalho vem crescendo principalmente a partir dos anos 1990 e, em Estados como o Ceará cujo processo de industrialização se iniciou tardiamente, notadamente a partir da segunda metade da década de 1980. Como teria reagido o mercado de trabalho formal feminino cearense frente ao masculino durante os anos de 1996 e 2002? O presente artigo procura responder a essa indagação através da comparação do perfil sócio-econômico da mão-de-obra ocupada feminina vis-à-vis a masculina, considerando as variáveis: faixa etária, nível educacional, rendimento e composição setorial do emprego. Conforme os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, os principais resultados apontam que, seguindo a tendência brasileira, o número de pessoas ocupadas do gênero masculino é superior ao do feminino. Em contrapartida, observa-se aumento da participação da mão-de-obra feminina no setor industrial e redução do número de ocupados do gênero masculino nesse mesmo setor. Com relação aos rendimentos, a disparidade é marcante. Apesar de as mulheres terem maior nível educacional do que os homens, elas não foram detentoras dos melhores salários. Mas o que fica claro é que, apesar de o Ceará ter apresentado crescimento econômico ao longo da década de 1990, bem acima da média nacional, independente do gênero, foi baixo o nível salarial pago à mão-de-obra ocupada.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

APRESENTAÇÃO: painel

## PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRA NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Rônia Kezia de Andrade<sup>3</sup>; <sup>2</sup>Silvana Queiroz; <sup>1</sup>Graduada em Economia pela URCA e; <sup>2</sup>Orientadora, Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia / URCA , CE, Brasil.

A economia mundial passou por diversas transformações sócio-econômicas nas duas últimas décadas do século XX. Dentre elas, destaca-se o intenso processo de privatização das empresas estatais transferindo o controle exercido pelo estado para a iniciativa privada nacional e estrangeira. O presente trabalho tem como objetivo descrever o processo de privatização no setor de telecomunicações no Brasil e comparar os serviços de telefonia fixa e móvel oferecidos antes e depois do referido processo. Para tanto, descreve-se como ocorreu a privatização no setor de telecomunicações e os seus resultados pós-privatização. Conforme os dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, os principais resultados apontam por um lado, competição na oferta dos serviços de telecomunicações, rápido avanço na tecnologia e na qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de telefonia mediante o aumento na oferta de linhas telefônicas residenciais e telefones fixos instalados (orelhão), redução das tarifas de habilitação na telefonia local e disponibilidade do telefone celular a camadas sociais de menor poder aquisitivo, por outro lado, constata-se o aumento de reclamações de consumidores junto às prestadoras de serviços de telecomunicações no país, fato que tornou-se comum nos últimos anos da década de 1990, além de maior vulnerabilidade externa da economia brasileira, visto que as grandes empresas privatizadas em sua maioria foram adquiridas por multinacionais.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

APRESENTAÇÃO: painel

## UM OLHAR CRÍTICO E REFLEXIVO QUANTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Rosani de Lima Domiciano, Rita Oliveira de Carvalho, Josefa da Silvva Sousa,** (Curso de Pedagogia)

O presente artigo foi realizado durante a disciplina intitulada Pesquisa Educacional II do curso de Pedagogia na Universidade Regional do Cariri – URCA e tem como objetivo fazer uma análise crítica e reflexiva quanto aos fatores de exclusão e segregação desencadeados perante os indivíduos considerados diferentes ao serem inseridos no convívio social e no âmbito educacional. Fazemos uma retrospectiva a partir da compreensão da historicidade de como o ser deficiente era visto e tratado diante da sociedade, a qual era e continua sendo dotada de valores e princípios, onde quem não se enquadra dentro do mesmo são marginalizados e estigmatizados, uma vez que as necessidades da humanidade não são levadas em consideração diante dessa realidade repleta de preconceitos e desvalorativa da própria condição humana. Agradecimento NETED

## MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E DINÂMICA RECENTE DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA DE BENS DE CAPITAL

Jones Rocha Evangelista<sup>1</sup>; Christiane Luci Bezerra Alves<sup>2</sup> – <sup>1</sup>Graduado em Ciências Econômicas/URCA; <sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Econômicas/URCA, CE, Brasil (jonesevangelista@globo.com).

A partir dos anos 1980, as transformações ocorridas no cenário capitalista mundial, dentre elas o acelerado avanço da globalização, refletiram-se profundamente ao longo da cadeia produtiva, em alterações de padrões, processos, métodos etc., numa intensidade e proporções nunca vistas. Os níveis de produção industrial brasileira oscilaram bastante durante as décadas de 1980 e 1990, dadas as mudanças inseridas na economia, choques e limitações internas e externas. Esta pesquisa concentra-se em estudar os efeitos da abertura comercial sobre a indústria doméstica de bens de capital, na década de 1990, onde foram significativas as mudanças introduzidas na economia local. Para isso, utiliza-se de fontes secundárias junto aos principais institutos de pesquisa do Brasil, como IPEA, IBGE, Banco Central etc. As repercussões da reforma comercial na economia brasileira foram tão complexas e antagônicas quanto previstas e esperadas. É inegável que a liberalização das importações foi decisiva no combate a inflação. Para os produtores, os ganhos em termos de eficiência técnica e alocativa, minimização de custos, adoção de escalas produtivas adequadas, foram significativas. O consumidor foi beneficiado com a elevação da qualidade, quantidade e variedade dos produtos disponíveis e com reduções generalizadas nos preços, em face da pressão exercida pela concorrência estrangeira. De outra parte houve perdas, especialmente no mercado de trabalho e nas contas externas do país. No setor produtor de bens de capital, a liberalização do comércio não concorreu para um aumento no quantum produzido, dadas as deficiências tecnológicas e financeiras da indústria local. Porém, a reestruturação pela qual passa a indústria brasileira de bens de capital, na década de 1990, alterou, qualitativamente, os padrões tecnológicos até então vigentes, contribuindo para uma melhora significativa na qualidade da produção doméstica, bem como na eficiência econômica das empresas do setor.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

## O DIREITO VIGENTE E AS INJUSTIÇAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA

JOÃO ADOLFO RIBEIRO BANDEIRA

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA([joaoadolfo@ig.com.br](mailto:joaoadolfo@ig.com.br));

KELINE CAJUEIRO CAMPOS BARRETO

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA ([kelinecajueiro@ig.com.br](mailto:kelinecajueiro@ig.com.br));

**ODERLÂNIA TORQUATO LEITE (ORIENTADORA)**

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA. ([oderlania@yahoo.com.br](mailto:oderlania@yahoo.com.br))

Este trabalho é oriundo das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil – P@JE –, programa que articula pesquisa e extensão, voltadas para as teorias da educação popular, de Paulo Freire, e para reivindicação de Direitos Humanos historicamente negados às camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira. O Direito, na acepção positivista, constitui a ciência que propicia os mecanismos de controle social de maneira sistêmica, organizada, dotada de coercibilidade e legitimidade pelo poder estatal. Discorrer sobre tal assunto, na realidade brasileira, torna-se uma árdua tarefa de solucionar conflitos e injustiças diante das abstrações recorrentes da linha *jus filosófica* hegemônica no pensamento da ciência jurídica nacional: *o positivismo jurídico*. Sob uma rápida análise da conjuntura política do Brasil, percebem-se as particularidades que existem, desde o processo legislativo até aplicabilidade das leis dele oriundas na esfera da dinâmica social. Diante deste cenário é que se insere a motivação e o objeto de estudo a ser trabalhado: o modelo jurídico romano-germânico, adotado neste país, e a *inflação normativa* que tanto causa insegurança jurídica, como não se demonstra um meio eficiente para atender as necessidades sociais. Os fatores, que contribuem para a ocorrência de tais fatos, surgem da ausência de unidade paradigma-epistemológica capaz de se contrapor à austeridade lógico-positivista, como também da incipiência de um aporte metodológico apto a quebrar o paradigma jurídico dominante na academia, sustentado pelo semiotismo ideológico. **Logo, o objetivo principal de nossa pesquisa é a construção deste paradigma epistemológico contra-hegemônico, questionador das teorias conservadoras existentes e fomentador de uma *práxis* emancipadora, bem como a aprimoração de um aporte metodológico para a aplicação do mesmo.**

## **INCLUSÃO: A ESCOLA ESTÁ PREPARADA PARA ELA?**

Janaína Amanda Sobral Macêdo<sup>1</sup>; Antônio Ferreira<sup>2</sup> – 1PEDAGOGA; e 2Orientador,  
Curso de Pedagogia, Departamento de Educação / URCA, CE, Brasil  
([janacedo@yahoo.com.br](mailto:janacedo@yahoo.com.br)).

O objetivo deste texto é discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares e se as mesmas se encontram preparadas para receber estas crianças. A importância de se discutir este tema se justifica pelo fato de que, para os deficientes, ainda hoje a inclusão não é uma realidade em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. Este artigo utilizou como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros, artigos em revistas, documentos oficiais e leis que tratam da inclusão no Brasil. No desenrolar do artigo buscamos fazer um breve resgate histórico sobre a postura da sociedade diante dos deficientes e uma análise das leis que asseguram seus direitos. Falar de inclusão, em nossa sociedade, é um desafio. Porque simplesmente, esta dita sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A primeira, e mais difícil, é o preconceito. A segunda é a estrutura física, que embora não seja tão difícil de ser superada, o poder público não tem disponibilizado verbas suficientes para que estas barreiras sejam superadas. Outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Mas, como lutar por direitos se não se sabe que eles existem. Desta forma, é urgente o início de um trabalho de divulgação dos direitos que os deficientes possuem, para assim eles possam, de fato, lutar por tais direitos. Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, é preciso que as escolas dêem o primeiro passo para o processo de inclusão, que é aceitar que ele se matricule. Depois disso, a escola poderá lutar junto aos CREDEs as condições básicas para o atendimento dos mesmos, como é o caso de tradutores de LIBRAS e Braille, para deficientes auditivos e visuais respectivamente, entre outros.

Escolha a área de conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências da Vida
- Ciências Tecnológicas
- Ciências Humanas
- Ciências Agrárias

Apresentações orais e em painéis

- Oral
- Painel

## EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE O REAL E O IDEAL.

Antônio Hélio Moura Nogueira ([macho\\_wei@hotmail.com](mailto:macho_wei@hotmail.com)); Paulo Pedro Schuetz ([paulinhoschutz@hotmail.com](mailto:paulinhoschutz@hotmail.com)). Curso de Pedagogia, Departamento de Educação –URCA – CE – Brasil.

### RESUMO

São recorrentes as críticas e observações de que a Educação Infantil Brasileira, em especial a do nordeste, é de má qualidade. Os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, os autores que idealizam espaços educacionais às crianças e as discussões nos cursos de formação de professores são enfáticos em afirmar que espaços e recursos na educação infantil não estão de acordo com o que se idealiza. Esta preocupação levou-nos até uma Instituição para observar e analisar como os educadores utilizam os espaços e os recursos disponíveis. As observações foram no sentido de identificar a potencialidade criativa dos educadores em oferecer às crianças “*espaços atraentes e estimulantes*” (MARTINS, BERTOLINI, RODRIGUES, 2001). O artigo ainda contempla a socialização de experiências similares dos demais colegas do último semestre de Pedagogia 2007.2. À luz dos Parâmetros Básicos e de diferentes autores sobre o ideal na educação Infantil analisamos o que é real na Instituição observada e o que é ideal no discurso sobre os espaços e recursos na realidade educativa. Destacamos que os espaços são muito bem utilizados apesar da falta de recursos e de não oferecerem o que seria ideal. A falta de recursos básicos, como biblioteca e brinquedoteca, são superados com afeto, criatividade e amor. A formação das educadoras constitui-se no diferencial significativo que caracteriza uma educação de qualidade. Não a qualidade desejada no discurso dos projetos e livros, mas uma qualidade humana, em que a falta de tecnologias transcende a carência destes e se mostra capaz de permear a Educação Infantil com amor, criatividade, carinho e afeto: talvez os ingredientes que faltam para uma educação mais humanizadora e menos tecnicista que acena com um ser humano cada vez mais objeto de sua própria formação cultural.

Palavras-Chave: Educação Infantil-espaços-real-ideal-qualidade-recursos básicos.

Área de conhecimento: Ciências Humanas.

## **ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ESTADO DA BAHIA: UM EXEMPLO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE COM SEUS EDUCANDOS**

Joseni Marcelino Ferreira; Irismar Araujo dos Santos; Claudemir Silvestre da Rocha (Curso de Pedagogia) Zuleide Fernandes de Queiroz (Professora do Departamento de Educação–URCA) [zuleide@urca.br](mailto:zuleide@urca.br); [josimarceli@yahoo.com.br](mailto:josimarceli@yahoo.com.br); [irisgogia@yahoo.com.br](mailto:irisgogia@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo apresentar a história da Escola de Ensino Fundamental e Médio Estado da Bahia, criada em 1966 na cidade do Crato, a partir de um convênio entre o então Secretário de Educação do Ceará o Sr. Jader Figueiredo Correia e Governadores de outros Estados do Nordeste no ano de 1964. A metodologia consistiu na compilação de fontes documentais e iconográficas o que nos permite visualizar o desenvolvimento apresentado pela escola ao longo dos tempos. O convênio, entre os governadores, previa que a verba para a construção das escolas que seria liberada pelos Estados participantes do convênio em parceria com o Ministério da Educação, sendo que na ocasião ficou decidido que os Estados fariam homenagens entre si, e colocariam nas escolas construídas nomes dos Estados. Foi então que o Ceará decidiu homenagear o Estado da Bahia. A localização da instituição foi bem planejada de modo a atender uma comunidade carente com um estabelecimento de ensino e proporcionar o desenvolvimento da cidade. A Escola iniciou seu funcionamento apenas com um quadro de cinco professoras, sendo quatro dessas contratadas pelo Estado e uma substituta. Atualmente a escola tem um quadro de 33 docentes distribuídos nos níveis fundamental com um total de 408 alunos e médio com 855, atendendo a alunos do bairro Pinto Madeira e São Francisco, bairros circunvizinhos e distritos com até 8 km, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite, nas modalidades de Educação Especial, Ensino Fundamental e Médio e Tempo de Avançar Médio-TAM. Desse modo, concluímos que a Escola passou a atuar com compromisso e responsabilidade objetivando o sucesso do aluno inspirada nos direitos constitucionais que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho o que vem possibilitando seu reconhecimento junto à população. Agradecimentos ao NETED/GEHE.

## A RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ESTADO DA PARAÍBA

**Joseni Marcelino Ferreira; Josefa da Silva Sousa; Juscelândia Machado Vasconcelos;** (Curso de Pedagogia); **Zuleide Fernandes de Queiroz** (Professora do Departamento de Educação – URCA) [josimarceli@yahoo.com.br](mailto:josimarceli@yahoo.com.br); [juscelandia@yahoo.com.br](mailto:juscelandia@yahoo.com.br); [zuleide@urca.br](mailto:zuleide@urca.br)

### RESUMO

O presente trabalho é resultado das investigações realizadas pelo Grupo de Estudo em História da Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA que vem reconstituindo a história de instituições educacionais e história de vida de professores da região do Cariri. Este trabalho tem por objetivo apresentar a reconstituição histórica da Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba, criada em 1966 no governo de Plácido Castelo num período em que estava ocorrendo uma diminuição dos recursos das Pastas da Educação. A metodologia utilizada foi à pesquisa documental, a qual consta de entrevistas com a segunda diretora da escola, Lisieux Siebra de Deus, com a diretora do ano de 2004, Maria Lucicleide Leite Oliveira e com um ex-aluno José Ricardo Maia, bem como de dados da GIDE - Gestão Integrada da Escola, o Parecer N° 122/2004, de Recredenciamento da Escola e de registros iconográficos. A Escola desde seu nascedouro passou por grandes dificuldades financeiras, pois como não tinha o apoio do governo, era mantida com o apoio de amigos através de doações dos chamados “Padrinhos da Escola” e como não havia merenda escolar nesse período a primeira diretora, saía em um jeep à procura de engenhos para pegar caldo de cana para servir aos alunos, contudo a escola já desenvolvia um bom trabalho educativo chegando a ganhar o prêmio de “Escola Modelo”, em 1977, por primar pela formação profissional, religiosa e moral do aluno. Atualmente as dificuldades enfrentadas pela a escola é a desmotivação dos alunos o que se pretende superar em conjunto com os pais. Desse modo, percebemos que os desafios enfrentados serviram para fortalecer a instituição que hoje atende mais de novecentos alunos residentes em sítios, distritos, e centro da cidade do Crato. Agradecimentos ao NETED/GEHE.

## O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO NA VISÃO ANALÍTICA.

Marismênia Nogueira dos Santos; Iarlla Suyane Viana Lopes (Pedagogia) ([meninhasant@hotmail.com](mailto:meninhasant@hotmail.com)) Zuleide Fernandes de Queiroz (Professora do Departamento de Educação – URCA) [zuleide@urca.br](mailto:zuleide@urca.br)

Esse artigo se propõe apresentar o resultado de uma experiência com a utilização do Método Analítico tendo como foco os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. O referido método foi aplicado no processo de Alfabetização da leitura e da escrita em uma escola da Rede Privada de ensino do município de Juazeiro do Norte. A experiência foi orientada por meio de algumas questões como: possibilidades de comparação entre o Método Analítico e o Método Sintético; perspectivas apontadas por cada método em relação ao desenvolvimento da leitura e da escrita das crianças em cada orientação ou aplicação metodológica, os resultados foram surpreendentes já que revelaram que as crianças submetidas as orientações teóricas /metodológico do Método Analítico tinham grande déficit de desenvolvimento na escrita, na leitura, na interpretação e na concentração. A partir do resultado procuramos entender, analisar e propor melhoria na ação do professor. Entender a prática desse método e sua contribuição para a aprendizagem das crianças, já que no surgimento desse houve bastante crítica ao método sintético por ter um caráter de imitação, mecânico, artificial e não-funcional. Portanto, procuramos desenvolver essa análise baseada nos acontecimentos históricos, nas teorias dos grandes pensadores e pedagogos na prática da sala de aula. Agradecimento NETED.

## O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO NA VISÃO ANALÍTICA.

Marismênia Nogueira dos Santos; Iarlla Suyane Viana Lopes ( Pedagogia) ([meninhasant@hotmail.com](mailto:meninhasant@hotmail.com) ) Zuleide Fernandes de Queiroz (Professora do Departamento de Educação – URCA) [zuleide@urca.br](mailto:zuleide@urca.br)

Esse artigo se propõe apresentar o resultado de uma experiência com a utilização do Método Analítico tendo como foco os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. O referido método foi aplicado no processo de Alfabetização da leitura e da escrita em uma escola da Rede Privada de ensino do município de Juazeiro do Norte. A experiência foi orientada por meio de algumas questões como: possibilidades de comparação entre o Método Analítico e o Método Sintético; perspectivas apontadas por cada método em relação ao desenvolvimento da leitura e da escrita das crianças em cada orientação ou aplicação metodológica, os resultados foram surpreendentes já que revelaram que as crianças submetidas as orientações teóricas /metodológico do Método Analítico tinham grande déficit de desenvolvimento na escrita, na leitura, na interpretação e na concentração. A partir do resultado procuramos entender, analisar e propor melhoria na ação do professor. Entender a prática desse método e sua contribuição para a aprendizagem das crianças, já que no surgimento desse houve bastante crítica ao método sintético por ter um caráter de imitação, mecânico, artificial e não-funcional. Portanto, procuramos desenvolver essa análise baseada nos acontecimentos históricos, nas teorias dos grandes pensadores e pedagogos na prática da sala de aula. Agradecimento NETED.

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ANÁLISE DA POLÍTICA ASSISTENCIALISTA DO ESTADO

*PHELIPE BEZERRA BRAGA*

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA([ph\\_dim@hotmail.com](mailto:ph_dim@hotmail.com));

*ALEXANDRA MACHADO MORAES*

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA([ale\\_machado\\_moraes@hotmail.com](mailto:ale_machado_moraes@hotmail.com));

**ODERLÂNIA TORQUATO LEITE (ORIENTADORA)**

Curso de Direito, Dep. De Direito/URCA. ([oderlania@yahoo.com.br](mailto:oderlania@yahoo.com.br))

Este trabalho é oriundo das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil – P@Je –, programa que articula pesquisa e extensão, voltadas para as teorias da educação popular, de Paulo Freire, e para reivindicação de Direitos Humanos historicamente negados às camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira. Aborda-se aqui o fato de, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – a criança e o adolescente começam a receber um tratamento jurídico humanizado. Nosso objeto é analisar as formas que o Estado brasileiro propõe para efetivar e garantir os direitos da criança e do adolescente prescritos naquele estatuto. Essas formas, no recorte que se faz aqui, são problematizadas na medida em que se mostram meios assistencialistas de políticas públicas, que, no mais das vezes, visa a retirar as responsabilidades do Estado, transferindo-as para aquilo que resolveu se chamar de *sociedade civil organizada*. Será necessário, então, percorrermos conceitualmente a idéia de *assistencialismo* e *sociedade civil*.